

Os direitos sociais e o SUS são essenciais ao povo brasileiro!

O Brasil sofre as consequências da crise econômica mundial que tem suas raízes no capital financeiro. A solução implementada pelo governo, claramente refém dos interesses imediatistas do capital rentista e do mercado, destrói direitos sociais e as conquistas da Constituição Cidadã. A redução do investimento público em políticas sociais, o desemprego e os juros elevados prenunciam o acirramento das desigualdades sociais que vinham se reduzindo no País. Esse remédio amargo e ineficiente compromete o projeto de desenvolvimento justo e democrático.

Os grupos políticos representantes dos interesses particularistas constroem o governo e criam uma conjuntura de crise política, ampliada pela mídia, corroendo a opinião pública e despolitizando a população. O Estado de direito vem sendo violado e subtraído de seu papel civilizatório e perde suas características inerentes às democracias contemporâneas.

Uma reforma ministerial é anunciada para disciplinar os grupos que integram, em tese, a base do governo. Com ela, perdemos dedos, anéis e a esperança de avançar rumo ao Brasil que o povo apostou ao eleger Dilma Rousseff para o seu segundo mandato na presidência do País.

Nesse contexto nacional, as entidades do Movimento da Reforma Sanitária têm se posicionado firmemente em defesa do direito à saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS), agredido nos seus princípios por sucessivas omissões e decisões políticas do Congresso Nacional e do governo, que destrói uma das maiores conquistas da sociedade brasileira desde a redemocratização do País, cujo papel, enquanto política pública, é o de aplacar as consequências do sistema econômico gerador de exclusão e de desigualdades sociais.

A revista 'Saúde em Debate', como órgão de divulgação do pensamento crítico do campo da saúde coletiva, transcreve, neste editorial, o manifesto assinado pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), apoiado por outras entidades da luta pela saúde, explicitando e denunciando as artimanhas do atual jogo político brasileiro, como forma de marcar nossa posição na defesa intransigente do SUS.

“As entidades Cebes e Abrasco reafirmam a luta histórica pela democracia, desenvolvimento e saúde, e manifestam indignação e repúdio à iniciativa do governo de transformar a saúde e o SUS em ‘moeda de troca’ neste perverso jogo político instalado no País. Ao colocar o Ministério da Saúde à disposição da ‘dança das cadeiras’ dos ministérios e, na tentativa de uma possível conciliação com os setores mais retrógrados da política nacional em troca de uma momentânea ‘governabilidade’, o governo Dilma submete à negociação de alto risco os rumos do direito à saúde, do SUS. Essa atitude é inaceitável e significa mais uma derrota para o Movimento da Reforma Sanitária e o projeto constitucional para a saúde.

Sempre defendemos e lutamos pelo direito universal à saúde a partir de um lugar central no projeto de desenvolvimento assim como pelo caráter público e universal do SUS como política de Estado e, para isso, o Ministério da Saúde tem papel estratégico nos governos na construção da justiça social, dos direitos sociais e da cidadania. É por isso que a saúde não pode servir como moeda política tal como ocorre nesse momento em que está em jogo a governabilidade de uma coalisão inviável historicamente assim como as eleições municipais de 2016.

Esse acordo intensifica ainda mais a onda conservadora e fisiologista no País. Vale lembrar que à época do mensalão, a saúde e a previdência foram, também, negociadas pela governabilidade. Agora, na crise do ‘petróleo’, a história se repete mais uma vez, sob a forma de farsa.

Assim, repudiamos veementemente que a gestão do Ministério da Saúde seja exercida por grupos e gestores que nunca demonstraram compromisso efetivo com o SUS único, universal e com integralidade e que, ao contrário, compõe as forças cada vez mais hegemônicas da mercantilização e financeirização do setor. Este grupo articulou a aprovação da entrada do capital estrangeiro, propõe universalização de planos privados e barrou projetos de financiamento público na saúde, possui raízes e alianças políticas, com as operadoras de planos e seguros privados, com a indústria farmacêutica e com o setor privado da saúde no Brasil.

É fato que esse grupo já constrange governos e ministros, mesmo os mais progressistas e ideologicamente alinhados com o projeto do SUS e da Reforma Sanitária que, de alguma forma, aderem ou facilitam os espaços a consecução dos respectivos interesses. A pergunta que surge é, o que esperar de um ministro com essa origem e compromisso explícito, financiado pelo mercado da saúde, defensor do conteúdo privatista do conhecido Livro Branco da Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP) e que não se compromete com o SUS público tal como definido pela Constituição à frente da condução do Ministério da Saúde?

Além disso, esse grupo político ao longo de sua história nunca ofereceu a fidelidade e coerência necessárias ao governo à saída dessa grave crise política construída e ampliada por eles próprios, revestindo-se de atitudes antidemocráticas e ‘golpes’ dentro da institucionalidade. Entendemos como temeroso o momento político, ameaçando não só os avanços em torno das políticas sociais e do SUS, mas da própria democracia. Diante do preocupante cenário, é fundamental que o Movimento da Reforma Sanitária, e os demais movimentos sociais, populares, políticos e acadêmicos radicalizem a sua defesa em torno do direito à saúde como objetivo central do desenvolvimento, do SUS público universal e de qualidade e da democracia nacional.

Não se trata de defender nomes, mas reafirmar intransigentemente o projeto político para a saúde que o Brasil vem construindo desde a década de 1980, sacramentado na Constituição Federal, e que está sob risco, particularmente nesse cenário complexo de forças e hegemonias contraditórias. A militância da Reforma Sanitária e do SUS carregam 25 anos de construções com os seguidos desastres do subfinanciamento acoplados à construção de outro modelo de atenção à saúde não universalista distanciado da base constitucional dos direitos de cidadania.

O SUS atualmente atravessa uma crise de financiamento sem precedentes, gerando um déficit de 5,8 bilhões em 2015 e 17 bilhões em 2016. Nesse momento em que estamos mobilizados em torno da 15ª Conferência Nacional de Saúde, reafirmamos a necessidade de nova fonte vinculada, suficiente e estável. Clamamos por avanços, construindo alternativas e estratégias e não podemos assistir passivamente a essa decisão do governo, que não pode, mais uma vez, trair o projeto da Reforma Sanitária.

O Cebes e a Abrasco se posicionam firmemente contrários a tais retrocessos, e convocam a reação dos militantes pelo direito à saúde para organizar manifestações em torno do fortalecimento da luta pela consolidação do SUS público, universal, gratuito e de qualidade, construído com ampla participação popular e com o controle social, preservando os interesses coletivos e a garantia de avanços efetivos.

Pelo direito à saúde, por um SUS público, universal e integral, pela preservação do Ministério da Saúde do abominável jogo político. Por Saúde, Democracia, respeito e preservação das instituições democráticas!”.

Ana Maria Costa
Presidente do Cebes

Maria Lucia Frizon Rizzotto
Diretora Adjunta de Política Editorial do Cebes

Referência

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). *Dilma, preserve os interesses públicos na saúde! Saúde é Política de Estado*. 2015. Disponível em: <<http://cebes.org.br/2015/09/dilma-preserve-os-interesses-publicos-na-saude-saude-e-politica-de-estado>>. Acesso em: 7 out. 2015.